

Erro antecipa fim de férias do Congresso

O Congresso Nacional faz hoje, às 11h30, sessão extraordinária, para leitura da reedição da Medida Provisória 334, que dá poderes ao Senado requisitar laudos de avaliação de empresas incluídas no programa de privatização. Por estar ainda em recesso, o Congresso autoconvocou-se para analisar a medida provisória na mesma sessão, será lida a medida provisória que prevê o corte dos três zeros do cruzeiro.

A autoconvocação decorreu de um erro do Palácio do Planalto que publicou a reedição da medida provisória 334 na segunda-feira. O prazo para que o Congresso seja convocado, no caso de se baixar uma MP, é de cinco dias. O processo é automático. Pela interpretação do Planalto, o prazo começaria a ser contado a partir de terça-feira. A convocação pelo Presidente cairia no sábado. Na segunda-feira, a medida provisória seria analisada, porque o Congresso retornará aos trabalhos, após o fim do recesso. O prazo, entretanto, começa a ser contado a partir da publicação, portanto, a convocação teria de ser feita hoje. Com a convocação pelo Poder Executivo, os parlamentares receberiam um mês de salários por apenas um dia de trabalho. O gasto foi evitado pela autoconvocação.

Como se trata de uma sexta-feira e autoconvocação foi feita de surpresa, poucos parlamentares devem comparecer à sessão de hoje. Não é preciso, porém, **quorum**, porque a sessão servirá apenas para a leitura das medidas provisórias. A medida provisória foi baixada pelo presidente Itamar Franco, no dia 24 de junho. Durante a sua vigência o senador Antônio Mariz (PMDB-PB) requisitou os laudos de avaliação da Cosipa, cujo leilão estava marcado para o dia 4 de agosto. O leilão foi suspenso, por 20 dias, de acordo com o artigo 2º da medida provisória.

Mariz requisitara os laudos acreditando que a medida provisória seria apreciada pelo Congresso antes do início do recesso. Ele recebeu os laudos no dia 14 último, mas analisou apenas os aspectos jurídicos. Ele encaminhou ofício à Mesa Diretora do

Senado, solicitando que os laudos fossem remetidos à Comissão de Assuntos Econômicos. A reedição da 334 incluiu membros do Senado na Comissão Diretora de Desestatização.

Foram os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Inocêncio Oliveira e senador Humberto Lucena, que tomaram a iniciativa de autoconvocação, depois de um pedido do presidente Itamar Franco, justificando que não desejava interromper por muito tempo o processo de privatização de empresas estatais. Os deputados e senadores não ganharão remuneração em dobro durante os dias de trabalho no recesso — hoje e os primeiros 10 dias de julho. Os líderes de todos os partidos na Câmara e no Senado assinaram um projeto de decreto legislativo, que será submetido ao plenário no início de agosto, em que os congressistas renunciam a ajuda de custo referente ao trabalho extraordinário. Hoje, às 10 horas, na sessão solene de instalação dos trabalhos da convocação extra será designada uma comissão mista de deputados e senadores para dar parecer sobre a nova medida provisória das privatizações.

Salários — A tramitação das medidas provisórias que estabelecem a nova política salarial e o corte de três zeros na moeda só deve começar no dia 3 de agosto, quando o presidente do Senado, Humberto Lucena, fará a leitura numa sessão conjunta. Na mesma sessão, ele designará os integrantes das comissões especiais que ficarão encarregados de emitir pareceres sobre mérito e a admissibilidade. Uma medida provisória, contudo, entra em vigor a partir de sua publicação no **Diário Oficial**, o que já aconteceu ontem.

Caso os deputados e senadores não concordem com o mérito das MPs, eles podem ainda fazer o que o Congresso chama de projeto de conversão — um texto substitutivo. No caso dos salários, há ainda a possibilidade de rejeitar pura e simplesmente a MP e derubar o veto presidencial ao projeto que estabelece o reajuste de 100% aprovado na Câmara.